

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

DESTAQUES IPADES

Agosto 2017

AGENDA DE REFORMAS SERÁ INTERROMPIDA?

O governo de Michel Temer se apresentava ao país como reformador no sentido liberal da economia. Com uma agenda econômica bem aceita pelo mercado e com boa capacidade de diálogo com o Congresso Nacional, o governo vinha tocando um amplo conjunto de reformas em diversas áreas, entre elas: mudanças nas regras do pré-sal e nova política para o setor de petróleo e gás; alteração nas regras do setor elétrico; novo modelo de concessões de ferrovias e aeroportos; liberação do saldo das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos e da política de repatriação de capital; renegociação das dívidas estaduais; discussão das reformas trabalhista e da previdência.

No entanto, na mesma semana em que Michel Temer completou o primeiro ano de seu governo, delações dos controladores da JBS abalaram o equilíbrio político que permitiu o avanço de um intenso conjunto de reformas que buscam reabilitar a economia. O impacto – áudio e vídeo – apresentado se no tempo da justiça dão sobrevida ao presidente, no tempo da política visto pela opinião pública praticamente não permite avaliar quais desdobramentos dessa turbulência.

O Procurador Geral da República denunciou o presidente Michel Temer baseado na delação de Joesly Batista e no pagamento de R\$ 500 mil pagos a um intermediário do presidente, como sendo a primeira parcela, fato constatado em vídeo feito pela Polícia Federal. A Câmara dos Deputados não permitiu o prosseguimento da denúncia. Manteve o presidente, mas erodiu seu capital político.

A calma não retornou ao governo. Em agosto, novamente o Procurador Geral da República, baseado na delação do doleiro Dilson Funaro e em material apresentado pela Polícia Federal, faz nova denúncia contra o presidente e dois de seus ministros,

Eliseu Padilha e Moreira Franco. Se o ambiente político já estava conturbado, mais nervoso ficou, e a agenda de reformas ficou totalmente paralisada.

Com a segunda denúncia, que deverá tramitar na Câmara dos Deputados até o fim de outubro, exaurindo ainda mais o capital político do presidente, fica muito difícil que ele possa manter um diálogo com o Congresso Nacional em prol da aprovação das reformas anunciadas. Na prática, ele tende a se tronar refém da sua base aliada. Também o tempo conspira contra a possibilidade de tramitação das reformas na Câmara dos Deputados, visto que 2018 será ano eleitoral, com baixíssimo comparecimento dos congressistas à Brasília, e mais preocupados com o calendário eleitoral.

Desta forma, aquela agenda que animava o mercado e é imprescindível para a retomada do crescimento econômico do país, será postergada para 2019, dependendo do perfil e programa do novo presidente, e da nova composição do Congresso Nacional. O país que acumula três anos de recessão econômica e 13 milhões de desempregados terá que esperar mais dois anos para saber se sairá ou não dessa duradoura turbulência em sua economia, com reflexos seríssimos na área social, e mais, com sua imagem se deteriorando em nível internacional. É um preço muitíssimo alto que já está sendo pago pela população brasileira e pelo desenvolvimento do país!

Respondendo a indagação deste texto pode-se afirmar que a agenda de reformas já está interrompida.

CAMPO LIMPO CONTRIBUI À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Quanto maior a contribuição do agronegócio para o desenvolvimento brasileiro, mais importante são as iniciativas voltadas para a construção de uma produção agrícola sustentável. A destinação correta das embalagens vazias de defensivos agrícolas é uma dessas iniciativas, e ganha destaque a cada ano em que a safra de grãos aumenta.

Preparado para atender essa demanda, o Sistema Campo Limpo, programa de logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas, do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) investe em aperfeiçoamento constante para manter o país na posição de líder mundial do setor, encaminhando para destinação adequada (reciclagem ou incineração) 94% das embalagens vazias plásticas primárias colocadas no mercado.

O inpEV é formado por mais 100 empresas e nove entidades representativas da indústria do setor, de distribuidores e de agricultores. Além disso, trabalha em conjunto de 260 associações de distribuidores e cooperativas, órgãos governamentais e cerca de 1,4 milhão de agricultores, segundo dados do IBGE (2014). Mais que receber embalagens vazias dos agricultores em mais de 400 unidades de recebimento localizadas em todo o país, o Sistema promove ações de recebimento itinerante para facilitar o acesso dos pequenos produtores à devolução de embalagens vazias de defensivos agrícolas em regiões distantes das unidades fixas. Em 2106, aconteceram 4,9 mil ações deste tipo, segundo a inpEV.

O programa acumula mais de 420 mil toneladas de embalagens destinadas de forma ambientalmente correta desde o início de sua operação, em 2002. Uma das maiores explicações para esse sucesso é o engajamento dos diversos elos da cadeia produtiva agrícola – agricultores, indústria, canais de distribuição e poder público – de acordo com a divisão de responsabilidades estabelecida pela Lei nº 9.974/00, que trata da logística reversa desse tipo de embalagem.

Entre as ações de conscientização promovidas pelo Sistema, destaca-se a comemoração do Dia Nacional do Campo Limpo, em 18 de agosto. Desde a primeira edição, em 2005, a comemoração já teve a participação de mais de um milhão de pessoas. Outra iniciativa importante é o Programa de Educação Ambiental Campo Limpo, que leva para instituições de ensino, kit pedagógico multidisciplinares, em parceria com Secretarias municipais de Educação e outros agentes educacionais. Em 2016, esse programa chegou a mais de 210 mil alunos de duas mil escolas do país, segundo dados do inpEV.

Evolução do Sistema Campo Limpo na linha do tempo: 2002, início do funcionamento do Sistema Campo Limpo; 2003, Resolução nº 334 do CONAMA proíbe postos e centrais de receberem “restos de produtos, produtos em desuso ou impróprios para comercialização”; 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos entra em vigor; 2014, Resolução nº 465 do CONAMA permite obtenção de licença de operação para recebimento de resíduos de agrotóxicos regularmente fabricados e comercializados; 2015, o Sistema Campo Limpo inicia adaptações das centrais, encerrando o ano com 24 centrais adequadas; 2016, o Sistema totaliza 69 centrais aptas a receberem embalagens com sobras; 2017, há previsão de se ter 100% das 113 centrais prontas até o fim do ano; 2019, há previsão de se ter 100% das mais de 400 unidades de recebimento preparadas para receberem embalagens com sobras.

A UNIVERSIDADE E A INOVAÇÃO

Por característica inerente a seus objetivos, a universidade deve ser um centro de inovação, daí sua função de fazer pesquisa, e assim contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Essa característica é uma consequência direta do ambiente de liberdade e meritocracia que deve existir na universidade. É baseando-se nesse propósito que a agência Reuters elabora o ranking das universidades mais inovadoras.

Pela segunda vez consecutiva a Universidade de Leuven, na Bélgica, superou grandes centros tecnológicos de capitais como Londres, Paris e Berlim e se manteve no topo do ranking das 100 universidades mais inovadoras da Europa. A lista é feita segundo critérios como número de patentes depositadas e indicadores de citação de artigos.

Fundada em 1425 pela Igreja Católica, a Universidade de Leuven é reconhecida atualmente como uma das principais instituições científicas do mundo. Em 2015, os gastos com pesquisas ultrapassaram os 450 milhões de euros e seu portfólio 586 famílias de patentes ativas, cada uma delas representando uma tecnologia protegida em vários países.

Em segundo e terceiro lugar no ranking estão instituições do Reino Unido: o Imperial College London e a Universidade de Cambridge, respectivamente. Há 23 universidades alemãs entre as 100 instituições na lista, mais do que qualquer outro país. O Reino Unido vem em segundo lugar, empatado com a França, cada um com 17 universidades. O ranking pode ser acessado em bit.ly/Top100UEInova.

É de se perguntar, como estará o Brasil em um ranking desse nível? A universidade brasileira apresenta estrutura que a dificulta participar desse ranking em condição de obter sucesso. Elas são bastante “engessadas” pelo sistema da estabilidade no emprego, não valorizar a mérito profissional, e estar atrelada ao corporativismo sindicalista. Com destaque internacional tem-se a Universidade de São Paulo (USP), que apresenta diferenças estruturais e operacionais quando comparada às universidades federais.

A sociedade brasileira terá que avançar no entendimento e na prática do liberalismo político e econômico para que possa ter suas universidades em condições de darem maiores contribuições às inovações, ou seja, quando então deixarão de serem muito mais repartições públicas, e se tronarem acadêmicas na verdadeira concepção do termo. Para tanto, a sociedade brasileira terá que não mais aceitar que o Estado continue a se comportar como o importante e imprescindível agente do

desenvolvimento. Parece que no atual momento da vida nacional a sociedade está começando a entender essa questão, de modo a colocar o Estado em suas funções precípuas e insubstituíveis.

O IMPACTO DA LUZ ARTIFICIAL NOTURNA NOS ECOSISTEMAS

O ambiente natural, principalmente nos trópicos, onde se localizam as maiores florestas biodiversas, apresenta-se com um equilíbrio entre as horas com luz e aquelas da noite, 12h diurnas e 12h noturnas. No Brasil, populações de diversas regiões, como as da Amazônia, embora cada vez menores, com escassa iluminação pública, podem ver, em noites de céu limpo a faixa de estrelas da Via Láctea de modo nítido.

Um estudo publicado na revista Science em junho do ano passado estimou que o excesso de luz artificial durante a noite impeça um terço da população mundial de enxergar a Via Láctea. Enquanto as populações inteiras de países europeus já se encontram privadas de noites naturalmente escuras, a poluição luminosa no Brasil só chega ao mesmo nível em seus grandes centros urbano, concentrado no litoral do país.

Em trabalho publicado em fevereiro de 2017 na revista PLOS ONE, pesquisadores de São Paulo e do Reino Unido realizaram a primeira avaliação espaço-temporal da presença da luz artificial nos tipos de vegetação brasileira, no entanto, ter céus menos estrelados é o menor dos prejuízos causados pela poluição luminosa.

Estudos vêm confirmando os efeitos do excesso de luz artificial não só a na modificação do ritmo biológico das plantas, mas também afeta a saúde e altera os hábitos de muitos animais, e para os humanos ocorre a supressão da produção do hormônio melatonina, o que pode causar de distúrbios do sono a doenças como diabetes e depressão.

Grande impacto é até agora registrado nos insetos e morcegos. Nos ecossistemas tropical e temperado há um grande número de espécies de insetos, que, em geral, sentem uma tração irresistível por luzes artificiais. O Brasil possui uma diversidade imensa, em especial de besouros. Alguns deles emitem naturalmente luz – são bioluminescentes, como os vaga-lumes – não conseguem se reproduzir na presença de luz artificial intensa. Outras espécies usam a faixa de estrelas da Via Láctea para se orientar durante voos noturnos.

O desequilíbrio nas populações desses animais pode gerar consequências difíceis de prever, pois diferentes espécies de besouros cumprem papéis variados e distintos em uma floresta, de decompositores de matéria orgânica a polinizadores de plantas, explica o entomologista brasileiro Bruno de Medeiros, da Universidade Harvard, Estados Unidos.

Trata-se de uma linha nova de pesquisa, mas que para um país megadiverso como o Brasil, já está na hora de ser colocada na pauta da ciência brasileira. O desenvolvimento econômico e o bem-estar dos humanos tem que ser buscado com o conhecimento e o equilíbrio dos ecossistemas, caso contrário a conta poderá ser muito alta a ser paga, ou até mesmo impagável.